

A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO BELÉM PARA O ASSENTAMENTO BELÉM – ÁREA DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NO ESTADO DO MARANHÃO.

Hierlen Maria Matos¹

José Sampaio de Mattos Junior²

Esse artigo versará sobre a articulação política dos assentados do P. A. Belém localizado no Município de Tuntum- Estado do Maranhão, área do Crédito Fundiário, que por meio da criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém conseguiu estabelecer um diálogo com as Instituições Governamentais com objetivo de acessarem e garantirem o direito as ações de reforma agrária. Os depoimentos nesse artigo são resultados de entrevistas realizadas com lideranças municipais e assentados.

É uma das exigências para acesso ao Programa Nacional do Crédito Fundiário- PNCF que os trabalhadores rurais estejam organizados em associações. No Maranhão, encontramos muitos assentados que desconhecem as regras do programa, embora sejam esclarecidos desde o início sobre todos os critérios de elegibilidade para adesão ao programa. Nesse sentido, percebe-se a fragilidade de associações devido à centralização das decisões nas mãos da Diretoria, mas precisamente do Presidente da Associação.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém surge da necessidade de organização dos trabalhadores rurais para ter acesso a terra pelo Crédito Fundiário. Existe também um conselho de líderes, formado pelos próprios assentados que funciona como uma espécie de assessoria nas tomadas de decisões em assembleia geral da associação.

De acordo com o depoimento de uma das lideranças, sobre a situação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém,

“A associação já existia desde 1998, e tinha sido criada com o objetivo de adquirir terras. Mas a comunidade estava desacreditada devido algumas

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA - hierlenmatos@yahoo.com.br

² Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA – sampaio.uema@gmail.com

lideranças da época cobravam dinheiro dos sócios pra conseguir terra, [...] as pessoas vendiam galinhas para conseguir dinheiro mas a terra não aparecia.. Quando surgiu o fato de agora ter uma associação para botar a terra pro nome da associação, reunir o pessoal e regularizar a situação, mas ela já existia”.

Em geral, as associações são criadas para buscar um objetivo imediato, para acessar um projeto, os sócios por sua vez estão desacreditados em relação à funcionalidade da entidade, pois já fizeram parte ou conhecem alguma associação que nunca cumpriu com seus reais objetivos.

A trajetória da Associação de Belém também passou por dificuldades para operacionalizar suas ações, visto que foi criada em 1998, mas não tinha uma atuação de credibilidade junto à comunidade. As lideranças empenhadas na conquista da terra fizeram um trabalho de revitalização da associação conseguindo resultados proativos.

Nesse caminhar de avanços e recuos dentro da área, vale ressaltar a presença de um dos líderes, que não é assentado, mas tem influência muito grande sobre os mesmos, devido a sua articulação com o poder público municipal, instituições estaduais e organizações não governamentais para garantir a implantação dos subprojetos comunitários.

Não se pode desconsiderar que esse líder comunitário é muito respeitado pelos assentados, mas por outro lado, criou uma dependência muito grande dos assentados em relação à sua pessoa, comprometendo a autonomia dos mesmos. Assim, J. B, afirmou em sua entrevista,

“a Associação de Belém é aquela estória, pelo que você percebeu lá, tem uma liderança muito forte que não é presidente, não é associado, que não é nada, mas é a liderança que chega e determina. Olha, a situação é essa e vai acontecer isso, eu acho que por isso que já deu certo, é uma liderança que não tem compromisso com benefício próprio, pelo contrario tem compromisso com a comunidade, se articula com os movimentos sociais e também com os segmentos do governo para levar melhoria, todos esperam que a liderança resolva agente fica até sem saber quem chega de fora quem é realmente o presidente, quem é o tesoureiro, quem é realmente o secretário, é como se fosse um cara só e isso é bom ao mesmo tempo ruim, eu não posso morrer, pois se eu morrer meu povo também morre, porque eles ainda não aprenderam a caminhar independentes, é um lado positivo porque tem uma pessoa que manda e um lado negativo porque se aquela pessoa se afastar, tudo desanda”.

Em seu depoimento, o líder fala como se não tivesse falando de si próprio, ao mesmo tempo reconhece que essa atitude paternalista prejudica os sócios, pois os mesmos ficam totalmente dependentes. Essa relação é permeada de interesses, principalmente

político. O líder sente-se enaltecido pelos assentados, se dirige aos assentados como “meu povo”, uma linguagem aproximada de discurso político.

Os interesses políticos são claros e definidos havendo uma aceitação dos assentados que visualizam no líder a possibilidade de representação política com o objetivo de emancipação política da localidade transformando o assentamento e povoados circunvizinhos em outro município que teria a denominação de Belém do Maranhão.

Essas articulações políticas, para o processo de emancipação, são fortalecidas nas barganhas dos projetos de infraestrutura implantados na área. Os assentados sabem que a existência de um representante na câmara dos vereadores, na secretaria municipal ou mesmo até na prefeitura municipal possibilitaria o acesso mais rápido às políticas públicas.

Nesse contexto, o principal líder do assentamento assume papel relevante construído no processo de incorporação de saberes que se diferenciam devido à mobilidade que possui nas instituições, aonde vai adquirindo conhecimentos peculiares que o fazem em determinado momento um mediador se colocando numa situação privilegiada diante dos demais.

Segundo Neves (1997, p. 281):

Os mediadores tendem a atribuir a si um papel inovador ou emancipado, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado [...] legitimidade do produto social que desejam construir deve ser reconhecida em múltiplos espaços institucionais, onde eles procuram fazer crer a importância e a pertinência da posição do ator político, [...] a conquista da legitimidade das ações dos mediadores em grande medida depende desta capacidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento. Por isso mesmo, boa parte das idéias e valores a serem transmitidos varia conforme os objetivos das instituições em jogo.

Esse papel diferenciado atribuído ao mediador faz com que ele se sinta privilegiado diante do grupo mediado, pois geralmente o mediador consegue se articular politicamente, possibilitando o acesso a canais institucionais facilitando o caminhar rápido de processos que interessam aos assentados dentro dos trâmites burocráticos. São relações de poder que se estabelecem demarcando nitidamente interesses que proporcionam vantagens aos mediadores que utilizam os interesses coletivos defendendo - os também em causa própria.

A estratégia operacional de conseguir os projetos para as áreas dos assentamentos exige habilidades técnicas e políticas, pois os assentados não tem o conhecimento

específico para elaborar os projetos técnicos. Por outro lado, apenas o projeto elaborado não quer dizer que terão acesso aos benefícios, necessitando de um articulador político para “puxar” esses projetos, Logo, o que poderia ser pensado em termos de descentralização de ações dentro da área pode ser visto como relações de poder internas que reproduzem relações de dominação impostas pela sociedade capitalista onde a submissão pela falta de informações é fator de exploração de segmentos menos privilegiados.

Esse entrosamento institucional faz parte de uma estratégia de busca nos plano estadual e nacional de recursos públicos e implantação de políticas públicas na área do assentamento. É um processo educativo, de aprendizagem de comportamentos adequados para o exercício de participação formalizada na luta política de implantação da reforma agrária.

Nesse sentido, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém possui sede própria e é uma instituição que representa legalmente os beneficiários, sendo um canal de articulação de políticas públicas para o assentamento, onde moram 199 famílias. É uma associação que já recebeu um volume de recursos expressivos para implantação dos subprojetos com a responsabilidade de administrar esses recursos, contratar empresas para execução das obras, prestar contas dos recursos aplicados, enfim, são tramites burocráticos que possibilitaram aos assentados experiência e aprendizado de uma vivência diferenciada da qual estavam acostumados.

Dirigir a instituição exige um corpo diretivo atuante, para evitar que as decisões fiquem centralizadas no Presidente da entidade ou em outra liderança que não esteja dentro da associação. Quando os beneficiários compreendem suas funções, as normas estatutárias da associação criam-se condições favoráveis para lidar com questões burocráticas de acesso aos projetos que garantirão qualidade de vida melhor para os assentados.

Essa política de assentamento, na visão de Leite (1997, p.07):

Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação e direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito [...]. A trajetória dos assentados, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, as relações que estabelecem entre si, com o Estado, com as forças políticas locais são definidoras das possibilidades de consolidação desse direito e/ou de seu desdobramento em outros direitos (já dados ou novos). Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder.

Esse campo de relações de poder se reproduz internamente e externamente ao assentamento. No Assentamento Belém, há um empenho em descentralizar as funções dentro da associação através da diretoria, conselho fiscal, sócios beneficiário, e conselho de líderes que funciona como espécie de assessoria interna, onde são discutidos projetos e deliberados em assembleia geral.

Essas decisões internas são transformadas em reivindicações de prestação de serviços e ou políticas públicas deficientes na área de saúde, transporte, educação, comercialização dos produtos que são cobradas a operacionalização junto aos órgãos competentes e quando atendidas, beneficiam as áreas circunvizinhas ao assentamento, pois passa a ser objeto de políticas públicas locais. Isso implica em novas redes de relações sociais, novos parâmetros para a vida em conjunto, articulando parcerias e papéis no sentido de garantir a sustentabilidade do projeto de assentamento.

Os trabalhadores rurais do Povoado Belém se organizaram, se mobilizaram, participaram ativamente do processo de aquisição da área e enfrentaram os desafios de permanecer na área de forma sustentável, pois a conquista da terra é apenas um fato, mas permanecer na terra é o grande desafio. Os assentados do P A Belém tiveram acesso serviços de infraestrutura básica transformando-se em área polo estabelecendo assim uma relação de poder com os territórios próximos. O assentamento Belém é um território conquistado que está em expansão contínua a partir do momento que busca o desenvolvimento endógeno e exógeno da área.

Segundo Haesbaert (2004)

o território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle deste espaço. Não obstante, as relações de poder mencionadas abarcam tanto as relações de dominação, quanto às de apropriação, pois conforme o autor, o território não é unicamente político, nem apenas econômico ou cultural e nem mesmo somente natural.

As áreas de assentamentos recebem recursos para investimentos básicos de infraestrutura, mas estes precisam de manutenção, e que por muitas vezes, só pode ser assegurada através de parcerias que são realizadas principalmente pelas prefeituras municipais. Um assentamento, por exemplo, com estrada em perfeito estado de conservação garantirá o escoamento da produção, assim como o deslocamento rápido das pessoas atrairá dividendos para o município à medida que aumenta o fluxo de circulação de mercadorias. Os assentamentos disputam recursos financeiros nas diversas esferas governamentais, são arenas de negociações, as lideranças lutam pelo controle

destes espaços, manifestando-se as relações nos mais diversos aspectos – políticos, econômico, ou cultural como ressalta o autor. Notadamente, os assentamentos podem ser considerados territórios, onde há relações de poder definidas e as associações são espaços organizacionais onde é demarcada essa hierarquização de poder.

Diante deste cenário, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém é um canal de articulação de políticas públicas para as 199 famílias que moram na área do Assentamento Belém. Os beneficiários tiveram acesso a 21 (vinte e um) Subprojetos de Investimentos Comunitários – SIC contemplados no período de 2006 a 2009 que são projetos de infraestrutura que permite a permanência dos assentados na área. É uma situação nova para os assentados que exige cumprimentos de normas burocráticas, prestação de contas dos recursos utilizados para que a entidade continue adimplente para captação de mais recursos que viabilizem a operacionalização das políticas pública com possibilidade de geração de emprego e renda para as famílias.

A organização social dos assentados de Belém no sentido de ter acesso a terra e às políticas públicas permite a permanência na terra de forma produtiva. Nesse sentido, Ramos Filho (2008, p.38) enfatiza que,

Cada assentamento carrega nas suas formas-conteúdo as marcas materiais e imateriais das lutas e enfrentamentos, realizados na época do acampamento e das histórias de vidas dos sujeitos que o compõe. A principal via de análise deste conceito não está no conhecimento das características naturais do que se produz ou das ligações e identidades entre um grupo e seu espaço, mas sim, a quem e como domina o espaço em questão, densamente preenchido, portanto, de ideologias.

O autor chama atenção para as marcas materiais e imateriais das lutas e enfrentamentos desde a época do acampamento. Cada assentamento tem sua trajetória própria de luta desenhada pelos anseios dos trabalhadores rurais, no caso do Assentamento Belém, também não foi diferente, mesmo que o início da luta pela terra não remetem à ideia de acampamento por longas datas dentro da área até o momento da desapropriação, eles também ocuparam parte da área que desejavam a desapropriação, mas os encaminhamentos, atitudes dos assentados foram direcionadas para alternativa da aquisição da área através do crédito fundiário. Nesse período de ocupação da área, relações entre os membros do grupo foram estabelecidas, identidades construídas e desconstruídas, enfim a reprodução de valores ideológicos é firmada para garantir a conquista da terra. As lideranças que se sobressaem nessa conquista da terra têm seus valores ideológicos em que acreditam e transmitem de forma incisiva aos assentados.

Portanto, a carga ideológica, a impregnação de valores assumidos pelos assentados os fortalece no momento em que elegem prioridades como bandeiras de lutas e reagem á uma política de dominação, onde interesses diferentes são colocados em pauta, principalmente em áreas de conflito fundiário, onde há momentos de resistência, ocupação de terras, situações que pressiona o Estado a se posicionar e a reconhecer o conflito e mediar, através da operacionalização de políticas públicas de acesso à reforma agrária.

No processo de organização social dos assentados de Belém, destacam-se a trajetória de ocupação da área, resistência e conquistas da terra, momentos vividos e não esquecidos pelos assentados contribuindo para a produção de novas identidades, redes de relações estabelecidas antes e depois da criação do assentamento, diferentes formas e efeitos de intervenção dos órgãos federais, estaduais e municipais, enfim muitos sujeitos sociais com as suas variadas funções participaram deste processo de desenvolvimento rural.

Desde o início de ocupação da área, os assentados de Belém contaram com o apoio de uma liderança local vinculada ao Movimento dos Sem Terra- MST, posteriormente rompendo vínculo com tal movimento. Essa vivência do líder fortalece a identidade política dos assentados, proporcionando-os diversificadas experiências de organização e confronto, quer com o poder patronal, quer com o Estado, adquirindo assim uma capacidade de diálogo precisa com o Estado e com a sociedade.

Nesse ínterim, constroem-se alianças e oposições, produzem-se solidariedades e identidades assim como surgem várias lideranças que conseguem expressar e consolidar reivindicações junto aos organismos competentes, situações evidenciadas em reuniões ocorridas no P.A Belém. Algumas lideranças conseguem ocupar assentos representativos em espaços sociais como sindicatos, associações, cooperativas, conselhos municipais, fóruns e por vezes ingressam em carreiras políticas alcançando as esferas parlamentares, onde se colocam como porta-vozes do grupo e de suas demandas. Outra participação importante no processo de conquista da terra dos assentados de Belém foi expressa ativamente pela Prefeitura Municipal de Tuntum através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS que se empenhou para que agricultores familiares acessassem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - A, visto que é uma linha específica de financiamento de crédito agrícola destinada aos projetos dos assentados de reforma agrária Os gestores municipais sabem que o PRONAF sinaliza a entrada de recursos financeiros no município à medida que também aquece a economia local com a compra de insumos,

implementos necessários para a implantação dos subprojetos nas áreas de assentamento, incrementa a movimentação bancária, a arrecadação municipal além de que assentar 199 famílias em um único assentamento representou para o município um ganho sócio-político-econômico bastante expressivo, sem contar ainda que atraía outras políticas públicas de envergadura para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Assentamento Belém, com a aquisição da área através do PNCF é notório a importância que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Belém significa para os assentados. Reconhecem que tal entidade representativa é um instrumento legal para acessar políticas públicas e através dela podem dialogar institucionalmente com órgãos governamentais e não-governamentais.

As relações de poder entre os assentados se manifestam dentro da associação. Os assentados participam de forma assídua das reuniões, mas por outro lado, existe um poder concentrado nas mãos de uma liderança que se articula e resolve os problemas cotidianos do assentamento, entretanto, tem seus interesses próprios. Mesmo assim, o P. A Belém é diferenciado em relação a outras áreas do Crédito Fundiário no Município de Tuntum, em relação ao pagamento da parcela da terra e a organização associativa.

REFERÊNCIAS

HAESBERT. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p.

J.B- depoimento de liderança comunitária da área de assentamento Belém. Município Tuntum-MA. Maio 2011.

LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 1997. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_27.pdf?file>. Acesso em: 04 de dezembro de 2010

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Questão Agrária Atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2008.